



ÍNDICE

Mensagem da administração.....	3
Relatório de desempenho.....	5
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	8
Balanço Patrimonial.....	13
Demonstração do resultado do exercício.....	15
Demonstração do resultado abrangente.....	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	17
Demonstração do fluxo de caixa	18
Demonstração do valor adicionado.....	19
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras.....	20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensagem da Administração

No segundo trimestre de 2024, observamos um desempenho positivo em relação ao volume de vendas. No entanto, os resultados foram significativamente impactados pela crise no mercado de aparas, causada por um aumento abrupto no preço desse insumo. Além disso, a abundância de papéis de fibra virgem no mercado resultou em uma queda nos preços, diminuindo a atratividade do papel reciclado. O cenário macroeconômico nacional também exerceu influência, com o alto nível de endividamento e a sustentabilidade das contas públicas gerando constantes incertezas. Alterações na política fiscal, como o aumento dos gastos públicos e a instabilidade jurídica, podem prejudicar a confiança dos investidores e a estabilidade econômica. Ademais, a desvalorização cambial do Real frente ao Dólar, agravada por políticas internas e um cenário global desfavorável para mercados emergentes como o Brasil, é amplamente influenciada pela expectativa de que os juros nos Estados Unidos permaneçam elevados por um período prolongado.

Quanto ao faturamento bruto a companhia apresentou nesse primeiro semestre de 2024 o valor de R\$ 76 milhões, frente a R\$ 71 milhões desse mesmo período de 2023.

Conforme divulgado em Fato Relevante em 25 de abril de 2024, foi a publicação do Edital no Diário de Justiça Eletrônico do Paraná (DJE/PR) em 19 de abril de 2024, fixando a data do leilão dos ativos para 9 de maio de 2024, às 10h, na modalidade "stalking horse".

A arrematação foi concluída pela empresa com os respectivos valores evidenciados na Nota Explicativa nº 30 desta Demonstração.

Por consequência desse fato a companhia iniciou o processo de transição de suas operações e os demais fatos serão divulgados em relatórios futuros a todos nossos parceiros.

Conde – PB, 08 de agosto de 2024.

A Administração

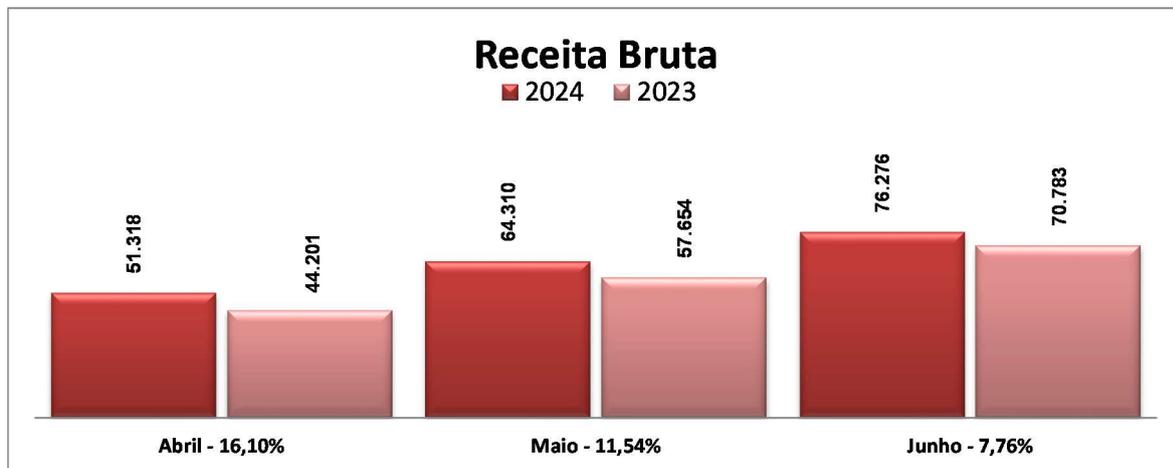
RELATÓRIO DE DESEMPENHO

A Diretoria da CONPEL Cia Nordestina de Papel, com atividades no segmento de fabricação de papéis reciclados, chapas e embalagens de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifolhados, apresenta e submete para apreciação o Comentário de Desempenho e suas informações financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2024.

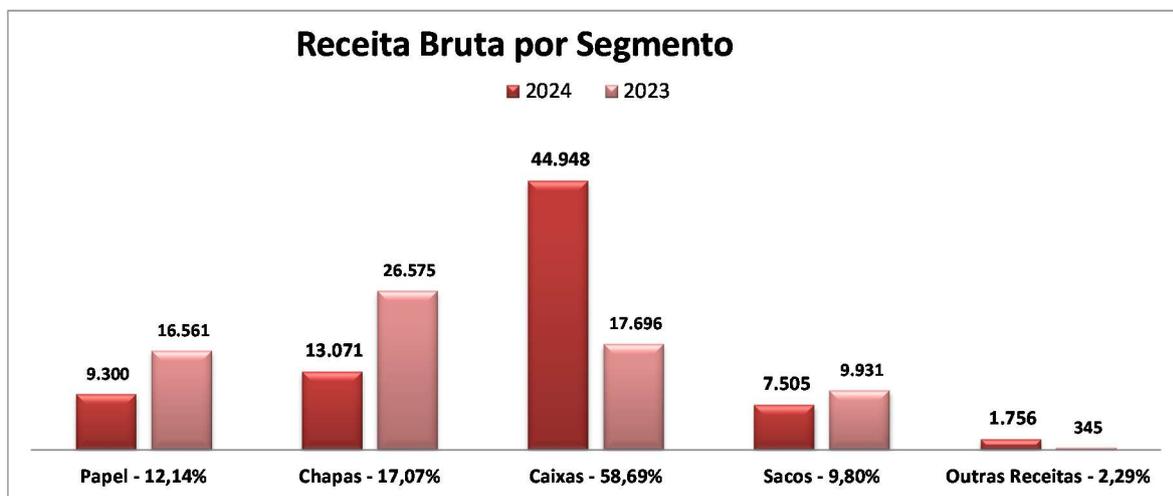
RESULTADO	30/06/2024	%	31/05/2024	%	30/04/2024	%	30/06/2023	%	31/05/2023	%	30/04/2023	%
<i>Vendas</i>	76.276		64.310		51.318		70.783		57.654		44.201	
<i>Outras Receitas</i>	304		242		181		325		189		142	
<i>(-) Impostos sobre Vendas</i>	(19.161)		(16.172)		(12.889)		(17.929)		(14.670)		(11.400)	
<i>(-) Devoluções e Abatimentos</i>	(500)		(435)		(382)		(984)		(850)		(586)	
Receita Operacional Líquida	56.919		47.946		38.227		52.196		42.324		32.356	
<i>(-) Custos do Produtos Vendidos</i>	(51.685)		(42.278)		(32.100)		(42.796)		(34.399)		(25.749)	
Lucro Bruto	5.234	9,20%	5.668	11,82%	6.127	16,03%	9.400	18,01%	7.925	18,72%	6.607	20,42%
<u><i>Despesas Operacionais</i></u>												
Com Vendas	(2.655)	-4,66%	(2.143)	-4,47%	(1.675)	-4,38%	(1.977)	3,79%	(1.611)	3,81%	(1.251)	3,87%
Gerais e Administrativas	(4.805)	-8,44%	(4.279)	-8,93%	(4.056)	-10,61%	(5.037)	9,65%	(4.196)	9,91%	(3.198)	9,88%
Outras Receitas e Despesas	8.761	15,39%	5.231	10,91%	2.308	6,04%	10.037	19,23%	3.672	8,68%	1.927	5,96%
Resultado antes das Rec.e Desp. Financeiras	6.535	11,48%	4.477	9,34%	2.703	7,07%	12.423	23,80%	5.790	13,68%	4.085	12,63%
<u><i>Resultado Financeiro</i></u>												
Receitas Financeiras	12	0,02%	6	0,01%	6	0,02%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Despesas Financeiras	(6.972)	-12,25%	(5.983)	-12,48%	(5.101)	-13,34%	(10.257)	19,65%	(8.621)	20,37%	(6.783)	20,96%
Resultado Financeiro Líquido	(6.960)	-12,23%	(5.977)	-12,47%	(5.095)	-13,33%	(10.257)	19,65%	(8.621)	20,37%	(6.783)	20,96%
Resultado Antes do IR e CS	(425)	-0,75%	(1.500)	-3,13%	(2.391)	-6,26%	2.167	4,15%	(2.831)	6,69%	(2.698)	8,34%
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	(322)	0,62%	(237)	0,56%	(255)	0,79%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas	267	0,47%	219	0,46%	125	0,33%	263	0,50%	219	0,52%	176	0,54%
Resultado Líquido do Exercício	(158)	-0,28%	(1.281)	-2,67%	(2.266)	-5,93%	2.108	4,04%	(2.849)	6,73%	(2.777)	8,58%

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta acumulada no 2º trimestre apresentou aumento de 11,16% se comparada ao mesmo trimestre do ano anterior, fato atribuído ao aumento do volume de produção e a prospecção e realização de venda para novos clientes.

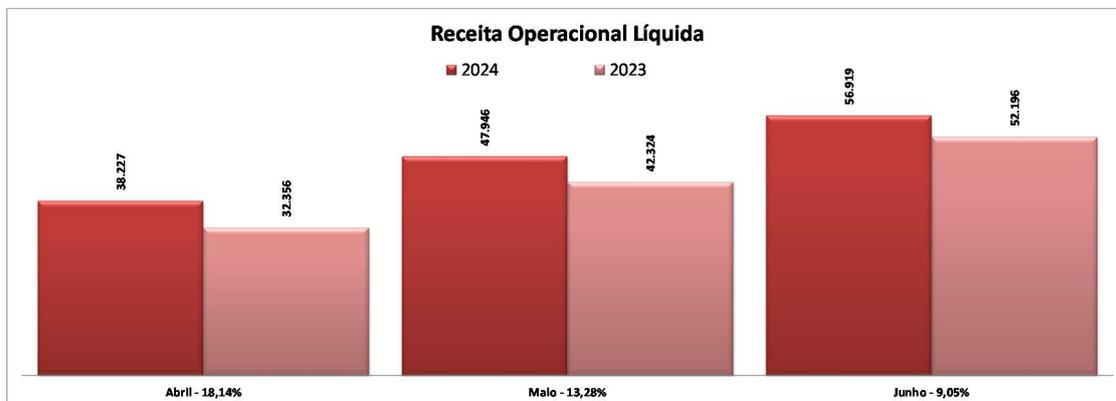


No gráfico abaixo é demonstrado a participação de cada linha de produto sobre a Receita Operacional Bruta no 2º trimestre dos exercícios de 2024 e 2023.



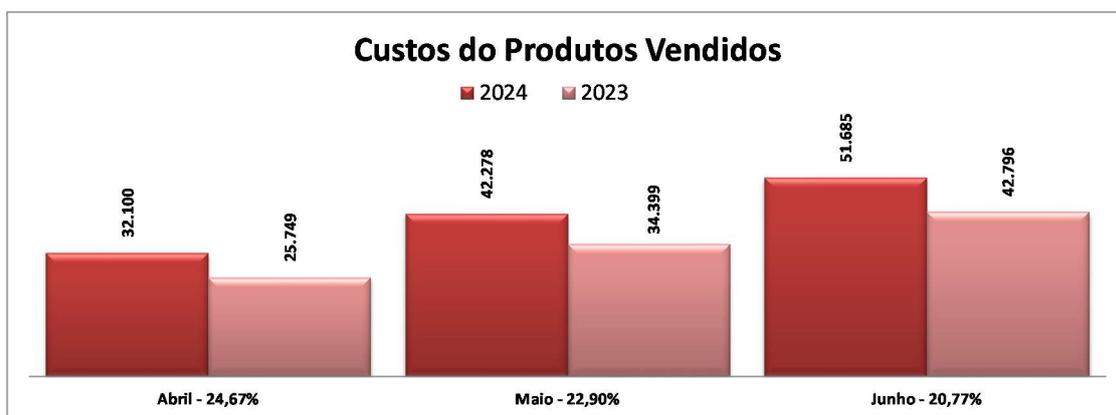
Receita Operacional Líquida (ROL)

A receita operacional líquida acumulada no trimestre de 2024 demonstrou aumento de 12,78% em relação a 2023, fato relacionado ao aumento da demanda de nossos produtos.



Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

O custo dos produtos vendidos no 2º trimestre de 2024 apresentou aumento de 22,46% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Conde - PB, 08 de agosto de 2024.

A ADMINISTRAÇÃO



AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Administradores e Acionistas da

CONPEL – Companhia Nordestina de Papel S.A. – Em Recuperação Judicial
Conde - Paraíba

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da **CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. - em Recuperação Judicial (Companhia)**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



AUDITORES INDEPENDENTES

Base para Conclusão com Ressalva Incerteza Sobre a Continuidade Operacional

A Companhia está em processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, deferido pelo Poder Judiciário da Paraíba, Vara Única de Conde (PB), em 18 de agosto de 2017 (Procedimento Comum (7) 0800411-61.2017.8.15.0441), migrando para a 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba na data de 06 de abril de 2020 aprovada pelos credores e homologada em 24 de março de 2022. As Demonstrações Intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no pressuposto de continuidade normal dos negócios conforme disposto na NBC TA 570 – Continuidade Operacional. A Companhia apresenta passivo descoberto no montante de R\$ 98.127 em 30 de junho de 2024 (R\$ 95.767 mil em 31 de dezembro de 2023). A Companhia apresenta passivo circulante no montante de R\$ 68.518 mil, R\$ 29.711 mil superior ao seu ativo circulante.

Conforme nota explicativa nº 30 Leilão de Ativos Conpel, em 09 de maio de 2024, por decisão do Juízo da Recuperação Judicial foi realizado o Leilão Judicial dos bens móveis e imóveis da Companhia realizado na modalidade “stalking horse”, tendo sido arrematado pelo valor de R\$ 52.185 mil e cuja transferência definitiva dos bens será homologada judicialmente ao término dos pagamentos pela arrematante. Na mesma nota menciona que o valor integral obtido com a venda destes ativos, serão destinados especificamente ao pagamento da transação tributária federal. A efetiva transição das operações deve se iniciar no próximo trimestre e neste mesmo período a Companhia terá avançado o estudo para fechamento de capital e divulgará todas as informações que se fizerem necessárias.

Em que pese as divulgações feitas pela administração tais situações acima, remetem a elevado grau de incerteza quanto a Companhia em dar continuidade às suas atividades operacionais.

Conclusão com Ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo “Base para conclusão com ressalva” não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável a elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses, findo em 30 de junho de 2024, preparadas sob



AUDITORES INDEPENDENTES

a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias individuais é requerida, de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao período e exercício anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados cujos relatórios foram datados de 28 de março de 2024 e 11 de agosto de 2023, respectivamente, com ressalva sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 e sobre as demonstrações intermediárias de 30 de junho de 2023.

Curitiba, 15 de agosto de 2024.

**ALPHA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-PR n.º 004687/O-6-S/PB**

**Vera Lucia Machado
Contador CRC-PR n.º 025266/O-9-S/PB**



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

ATIVO	Nota	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	32	790
Contas a Receber de Clientes	7	21.389	16.153
Estoques	8	11.522	11.356
Adiantamento a Fornecedores	9	4.002	5.763
Impostos a Recuperar	10	1.740	1.999
Outros Créditos	11	97	-
Despesas do Exercício Seguinte		24	98
Total do Ativo Circulante		<u>38.807</u>	<u>36.159</u>
NÃO-CIRCULANTE			
Impostos a Recuperar	10	198	155
Empresas Ligadas	12	2.331	1.704
Outros Créditos	11	1.223	1.140
Total do Realizável a Longo Prazo		<u>3.752</u>	<u>2.999</u>
Imobilizado	13	<u>52.185</u>	<u>55.311</u>
Total do Ativo Não-Circulante		<u>55.937</u>	<u>58.310</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>94.744</u>	<u>94.469</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	18.517	19.586
Empréstimos e Financiamentos	16	14.387	11.211
Obrigações Sociais	17	10.315	9.965
Obrigações Tributárias	18	2.326	3.924
Adiantamento de Clientes	19	22.678	977
Outras Obrigações		294	257
Total do Passivo Circulante		<u>68.518</u>	<u>45.920</u>
NÃO-CIRCULANTE			
Fornecedores	15	5.646	5.646
Empréstimos e Financiamentos	16	3.062	1.772
Obrigações Tributárias	18	28.909	28.278
Empresas Ligadas	12	70.417	92.033
Impostos Diferidos	20	16.319	16.586
Total do Passivo Não-Circulante		<u>124.353</u>	<u>144.315</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital Social		22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial		27.628	28.159
Prejuízos Acumulados		<u>(148.093)</u>	<u>(146.265)</u>
Total do Patrimônio Líquido		<u>(98.127)</u>	<u>(95.767)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u>94.744</u>	<u>94.469</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

RESULTADO POR FUNÇÃO	Nota	30/06/2024	30/06/2023
<i>Vendas</i>		76.276	70.783
<i>Outras Receitas</i>		304	325
<i>(-) Impostos sobre Vendas</i>		(19.161)	(17.929)
<i>(-) Devoluções e Abatimentos</i>		(500)	(984)
Receita Operacional Líquida	23	56.919	52.196
<i>(-) Custos do Produtos Vendidos</i>		(51.685)	(42.796)
Lucro Bruto		5.234	9.400
<i>Despesas Operacionais</i>			
Com Vendas	24	(2.655)	(1.977)
Gerais e Administrativas	25	(4.805)	(5.037)
<i>Gerais e Administrativas</i>		(3.651)	(3.859)
<i>Depreciação</i>		(1.154)	(1.178)
Outras Receitas e Despesas	26	6.559	10.037
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		4.333	12.424
<i>Resultado Financeiro</i>	27		
Receitas Financeiras		12	-
Despesas Financeiras		(6.972)	(10.257)
Resultado Financeiro Líquido		(6.960)	(10.257)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(2.627)	2.167
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	(322)
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas		267	263
Resultado Líquido do Exercício		(2.360)	2.107

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM
30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(2.360)	2.107
<i>Outros Resultados Abrangentes</i>	-	-
(+) Ajuste pelo Custo Atribuído	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>(2.360)</u>	<u>2.107</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de Dezembro de 2023	22.338	(146.265)	28.159	(95.767)
Resultado do Período	-	(161)	-	(161)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	89	(89)	-
Em 31 de Janeiro de 2024	22.338	(146.337)	28.071	(95.928)
Resultado do Período	-	(247)	-	(247)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	89	(89)	-
Em 29 de Fevereiro de 2024	22.338	(146.496)	27.982	(96.175)
Resultado do Período	-	(486)	-	(486)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	89	(89)	-
Em 31 de Março de 2024	22.338	(146.893)	27.894	(96.661)
Resultado do Período	-	(1.324)	-	(1.324)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	89	(89)	-
Em 30 de Abril de 2024	22.338	(148.129)	27.805	(97.986)
Resultado do Período	-	938	-	938
(-) Realização do Custo Atribuído	-	89	(89)	-
Em 31 de Maio de 2024	22.338	(147.103)	27.717	(97.048)
Resultado do Período	-	(1.079)	-	(1.079)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	89	(89)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Em 30 de Junho de 2024	22.338	(148.093)	27.628	(98.127)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	(2.360)	2.108
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	1.154	1.178
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	(4.396)	(1.551)
Incentivos Fiscais Recebidos	(4.380)	(3.924)
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	(267)	(263)
Provisão (Reversão) p/ Impairment	2.202	-
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	(7.246)	(2.333)
Clientes	(840)	19.182
Estoques	(167)	(1.253)
Impostos a Recuperar	215	100
Despesas antecipadas	73	76
Outros Créditos	1.581	1.808
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	864	19.912
Fornecedores	(1.069)	(24.531)
Obrigações Sociais e Tributárias	1.560	10.617
Adiantamento de Clientes	21.701	(517)
Outras Obrigações	37	4
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	22.229	(14.427)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	15.847	3.153
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(53)	(1.247)
Provisão (Reversão) p/ Impairment	2.202	-
Empréstimos Concedidos a Pessoas Ligadas	(22.243)	(2.443)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(20.095)	(3.690)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos	23.071	54.916
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(19.581)	(54.456)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	3.490	460
(REDUÇÃO)AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(758)	(77)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	790	2.342
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	32	2.265

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
RECEITAS		
Venda dos Produtos	76.079	70.124
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	267	263
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	4.396	1.551
Perdas Não operacionais	(15)	4.562
Incentivos Fiscais Recebidos	4.379	3.924
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos Produtos Vendidos	(34.329)	(22.655)
Materiais - energia, serv. Terceiros e outros	(11.298)	(16.359)
VALOR ADICIONADO BRUTO	37.278	41.410
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(1.154)	(1.178)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	36.124	40.232
VALOR ADICIONADO RECEBIDO (CEDIDO) EM TRANSFERENCIA		
Receitas Financeiras	13	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEBER)	36.137	40.232
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	36.137	40.232
<i>Pessoal</i>		
Remuneração Direta	7.198	5.573
Benefícios	1.562	1.327
FGTS	563	446
Federais	10.663	10.737
Estaduais	10.867	9.336
Municipais	232	125
Juros	6.973	10.257
Aluguéis	439	324
<i>Remuneração de capitais Próprios</i>		
Resultado do Exercício	(2.360)	2.107

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2024

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL tem como principal atividade a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como, a industrialização de sacos simples e multifoliados.

As embalagens produzidas pela Companhia atendem vários setores, com destaque a construção civil, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

A CONPEL é uma empresa com capital aberto e possui registro junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com número 00468-5, com inscrição no CNPJ sob nº 09.116.278/0001-01 e NIRE nº 2531000622-6. Está sediada no município de Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 - Km 06, S/nº, Bairro Vale do Gramame, CEP 58.322-000.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

No 2º trimestre de 2024 a Companhia manteve o processo de reestruturação das suas atividades operacionais, com o objetivo de se adequar a realidade atual do mercado e a realidade da Companhia, superando as dificuldades financeiras enfrentadas pelo país, buscando aumento das margens operacionais.

Neste contexto a administração promoveu várias alterações nos seus procedimentos de controle, buscou aumento de preços, alteração de prazos e promoveu uma grande alteração nos seus quadros de colaboradores, focando no aumento da carteira de clientes e almejando a potencialização da receita operacional.

Com a homologação do plano de recuperação judicial, em 24 de março de 2022, pela juíza da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba, iniciou-se a quitação de débitos junto aos credores, assim foram adequadas as provisões contábeis, e segregados os saldos inscritos no plano.

Em setembro de 2023 o grupo empresarial do qual a Conpel pertence concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa Cocelpa Cia de Papel e Celulose do Paraná englobando os débitos tributários de várias empresas do grupo, inclusive da Conpel, desta forma os saldos provisionados foram baixados gerando benefício com o deságio. Estes registros e impactos podem ser vistos nestas demonstrações financeiras.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas abaixo:

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis do trimestre findo em 30 de Junho de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.



2.2 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da empresa compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

c) Passivos financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

d) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 30 de Junho de 2024, a Companhia possuía Contas a Pagar a Fornecedores nessa classificação, conforme nota explicativa nº 15.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/Perdas Líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 Impairment de ativos financeiros

a) **Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos).

As Contas a Receber de clientes não foram ajustadas a seu valor presente por estarem em sua maioria vencidas ou com prazos de vencimento em curto prazo.

2.5 ESTOQUES

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

2.6 ATIVO IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.7 ATIVO INTANGÍVEL

Referem-se a *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável (*impairment*). A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser

justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) *Softwares*

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

2.8 REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240mil



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

(i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

(ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

(i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

(ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.10 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; sendo o valor estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 RECONHECIMENTO DA RECEITA

O resultado é apurado pelo regime de competência, considerando aspectos relacionados a seguir:

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades. Esta é reconhecida quando:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,
- (iii) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades; - receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo o mesmo critério obedecido para as despesas contábeis; - os custos dos produtos vendidos foram reconhecidos no mesmo período que a respectiva receita; - as despesas operacionais constituem-se das despesas incorridas para vender os produtos e serviços e administrar.



2.14 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o Exercício.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações anuais.

3 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros (aplicações financeiras), todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

3.1.2 Fatores de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

a) **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de venda aos seus clientes.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco da taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativa.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar ou reter pagamentos de dividendos, limitar ou ampliar o retorno de capital aos acionistas, captar novos empréstimos entre outras práticas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa

3.2 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixas contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Empresa deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

4 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os principais riscos atrelados às operações da Empresa estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preços ao Consumidor

(INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos e saldos com fornecedores.

Os instrumentos financeiros da Empresa são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de Junho de 2024 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 85% a 95% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

ATIVOS FINANCEIROS	<u>jun/24</u>	<u>dez/23</u>
Mensurado pelo Valor Justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	32	790
Recebíveis		
Contas a Receber de Clientes	21.389	16.153
Depósitos judiciais	1.223	1.140
Total Ativos Financeiros	22.643	18.083
PASSIVOS FINANCEIROS		
Fornecedores	24.163	25.232
Empréstimos e Financiamentos	17.450	12.982
Total passivo Financeiro	41.613	38.214

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>jun/24</u>	<u>dez/23</u>
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento	32	790
Total de Caixa e Equivalentes	32	790

São constituídos pelos saldos de bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

7 CONTAS A RECEBER

	<u>jun/24</u>	<u>dez/23</u>
Contas a Receber de Clientes	23.003	22.163
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(1.614)	(6.010)
Total de Contas a Receber	21.389	16.153
Aging List das contas a receber de clientes		
Vencidos	11.846	13.754
A vencer em até 120 dias	11.157	8.409
Total	23.003	22.163

Os títulos de créditos são compostos por duplicatas e outros títulos, gerados no processo de vendas de mercadorias e estão registrados pelo seu valor de realização.

Na avaliação efetuada para fins de determinação do ajuste a valor presente, não foi constatada a aplicabilidade deste, pois as contas a receber possuem liquidação em curtíssimo prazo de vencimento das faturas.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 ESTOQUES

	<u>jun/24</u>	<u>dez/23</u>
Produtos acabados	4.609	3.590
Matérias primas	3.060	4.809
Materiais Secundarios	956	856
Outros materiais	2.601	1.790
Operações com Terceiros	(629)	(425)
Material recebido para industrialização	925	736
Total de Estoques	11.522	11.356

Os produtos acabados foram avaliados pelo custo de produção. As matérias primas, secundárias, embalagens e materiais diversos no almoxarifado, pelo custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado.

Em 30 de Junho de 2024 os estoques estão registrados ao seu valor justo realizável menos o custo das vendas. Nenhum dos bens constantes em estoques da Companhia encontram-se sob penhor de garantia a quaisquer tipos de passivo ou empréstimo.

9 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	<u>jun/24</u>	<u>dez/23</u>
Adiantamento Fornecedores Nacionais	4.002	5.763
Total de Adiantamentos a Fornecedores	4.002	5.763

10 IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>jun/24</u>	<u>dez/23</u>
ICMS sobre ativo imobilizado	33	30
Adiantamento para Parcelamento (REFIS)	183	183
ICMS Aparas	1.524	1.786
Impostos a Recuperar Circulante	1.740	1.999
ICMS sobre ativo imobilizado	198	155
Impostos a Recuperar Não Circulante	198	155

11 OUTROS CRÉDITOS

	<u>jun/24</u>	<u>dez/23</u>
Adiantamentos a Funcionários - Férias	97	-
Total Circulante	97	-
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	1.223	1.140
Total não Circulante	1.223	1.140



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 PARTES RELACIONADAS

ATIVO	jun/24	dez/23
Mútuo		
EKN Administração e Participações	1.939	1.342
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	392	362
Total Ativo não Circulante	2.331	1.704
PASSIVO		
Mútuo		
Cocelpa Cia de Celulose e Papel (*)	58.945	80.561
Compet Agro Florestal	2.598	2.598
Arpeco Artefatos de Papel S.A.	540	540
Antonio de Pauli	8.334	8.334
Total Passivo não Circulante	70.417	92.033

(*) Em Setembro de 2023 o grupo empresarial concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa Cocelpa englobando os débitos tributários de varias empresas do grupo, inclusive da Conpel desta forma estes saldos estão demonstrados nesta conta.

As condições aplicadas às empresas relacionadas equivalem às mesmas condições aplicadas ao mercado

13 IMOBILIZADO

	Terrenos	Edific. e Benf.	Maquinas e Equip.	Instal.	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobiliz. Andam.	Total
Em 31 Dezembro de 2023									
Custo	7.002	32.155	75.792	4.385	872	31	745	370	121.352
Deprec. Acumulada	-	(16.188)	(40.726)	(4.350)	(686)	(31)	(594)	-	(62.575)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	1.261	(3.466)
Valor líquido contábil	6.532	15.214	31.631	-	159	-	142	1.631	55.311
Adições	-	-	331	-	18	-	19	-	368
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(397)	(859)	(12)	(21)	-	(4)	-	(1.292)
Saldo Final	-	(397)	(528)	(12)	(2)	-	15	-	(923)
Em 30 Junho de 2024									
Custo	7.002	32.155	76.123	4.385	890	31	764	370	121.721
Deprec. Acumulada	-	(16.585)	(41.585)	(4.362)	(707)	(31)	(598)	-	(63.867)
Impairment	(470)	(753)	(5.637)	(34)	(26)	-	(9)	1.261	(5.668)
Valor líquido contábil	6.532	14.817	28.902	-	157	-	157	1.631	52.185

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos ativos imobilizados em atendimento ao ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27 e 28, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício.

14 RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – IMPAIRMENT

Em atendimento a legislação vigente, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução CFC nº 1.292/10 e alterações posteriores, assim como a deliberação CVM nº



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

639/2010, sobre a aplicabilidade do teste de recuperabilidade também conhecido como impairment, a Companhia procedeu aos testes dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e não circulantes a fim de determinar se estes sofreram perdas, visando mensurar a capacidade de retorno que estes ativos possam proporcionar para a Companhia.

Considerando que a legislação dispõe que a Companhia deve apresentar periodicamente análise sobre a recuperação dos ativos, em 2017 a companhia realizou uma avaliação patrimonial pelo “Valor Justo de Mercado” dos seus ativos conforme determinado pelo CPC 01: “... valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso” atestado pelo Laudo nº0175/2017, feito pela empresa Ferrari Gestão de Ativos Ltda, inscrita no CNPJ, nº 93.272.003/0001-65, a qual o mesma atesta que o Valor Justo de Mercado dos bens avaliados é de R\$ 69.715.073,15, não havendo provisão de perdas (Impairment) no exercício de 2017.

Em 30 de Junho de 2024, a Companhia reconheceu R\$ 2.201.731,88 de perdas (Impairment) do ativo imobilizado, com base na Carta de Arrematação da 26ª Vara Cível e Empresarial Regional de Curitiba, do leilão de Ativos Conpel no total de R\$ 52.185.000,00.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 FORNECEDORES

	<u>jun/24</u>	<u>dez/23</u>
Contas a Pagar a Fornecedores	16.851	17.706
Contas a pagar a fornecedores - Recuperação Judicial	1.667	1.880
Total de Contas a Pagar CP	18.517	19.586

	<u>jun/24</u>	<u>dez/23</u>
Contas a Pagar a Fornecedores LP	-	-
Contas a pagar a fornecedores - Recuperação Judicial LP	5.646	5.646
Total de Contas a Pagar LP	5.646	5.646

Aging List das Contas a Pagar

Vencidos	8.397	7.894
A vencer em até 3 meses	3.536	3.580
A vencer entre 3 e 6 meses	777	783
A vencer de 6 meses a 1 ano	1.087	1.552
A vencer acima de 1 ano	10.366	11.423
Total	24.163	25.232

* Com a homologação do plano de recuperação judicial, em 24 de março de 2022, pela juíza da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba, iniciou-se a quitação de débitos junto a fornecedores, assim foram adequadas as provisões, e segregados os saldos inscritos no plano.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Circulante	jun/24	dez/23
Financiamentos	7.333	5.679
Duplicatas Descontadas	7.055	5.532
Total Empréstimos e Financiamentos CP	14.387	11.211
Financiamentos	3.062	1.772
Total Empréstimos e Financiamentos LP	3.062	1.772
Vencimentos		
Em até um ano	14.387	11.211
Acima de um ano	3.062	1.772
	17.450	12.983

Devido à dificuldade de capital de giro que ainda persiste, uma das alternativas utilizadas para suprir essa necessidade foi o desconto de títulos.

17 OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	jun/24	dez/23
Salários a Pagar	1.315	1.223
INSS (*)	348	397
FGTS	142	190
IRRF Funcionários (*)	40	72
Provisões e Encargos	3.142	2.332
Provisão Indenizações	1.649	1.649
Parcelamentos Previdenciários	964	1.101
Parcelamentos FGTS	2.714	2.999
Contribuição Sindical	2	2
Total	10.315	9.965

(*) Em Setembro de 2023 o grupo empresarial concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa Cocelpa englobando os débitos tributários de varias empresas do grupo, inclusive da Conpel desta forma saldos provisionados foram baixados gerando benefício com o deságio.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Circulante	jun/24	dez/23
ICMS (i)	728	580
PIS (*)	22	67
COFINS (*)	100	311
IPI (*)	413	532
IRRF	2	9
IRPJ (*)	-	57
CSLL (*)	-	22
ISS	3	6
PIS/COFINS/CSLL (*)	5	27
ICMS Diferencial de Aliquota	54	40
Parcelamento Federal	735	952
Parcelamento Municipal	-	28
Parcelamento Estadual	263	1.293
Total Circulante	2.326	3.924
Não Circulante		
Parcelamento Federal	579	578
Parcelamento Estadual	28.330	27.700
Total não Circulante	28.909	28.278

(*) Em Setembro de 2023 o grupo empresarial concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa Cocelpa englobando os débitos tributários de varias empresas do grupo, inclusive da Conpel desta forma saldos provisionados foram baixados gerando beneficio com o deságio.

(i) No final do exercício de 2023 a companhia havia se beneficiado de R\$ 8.338 do FAIN (crédito presumido de ICMS) incentivo fiscal do governo da Paraíba. De acordo com a Resolução 025/2010, ratificada pelo decreto nº 31.837/2010, proporcionou a Companhia o direito a utilização do crédito presumido de 74,25% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo às saídas decorrentes da produção industrial própria incentivada, com vencimento em até 02 de dezembro de 2025, o que subsidiará a Companhia parte dos investimentos necessários para ampliação de sua capacidade instalada e manutenção de seu parque fabril.

19 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	jun/24	dez/23
Cientes Diversos	22.678	977
Total	22.678	977

30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**20 IMPOSTOS DIFERIDOS**

	<u>jun/24</u>	<u>dez/23</u>
Custo Atribuído	41.860	42.665
Vida Útil	6.136	6.116
IRPJ Diferido (25%)	11.999	12.195
CSLL Diferida (9%)	4.320	4.390
Total	16.319	16.586

21 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

	<u>jun/24</u>	<u>dez/23</u>
Remuneração de Diretores	165	156
Total	165	156

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>jun/24</u>	<u>dez/23</u>
Prejuízo Exercício Anteriores	(146.264)	(284.375)
Lucro ou Prejuízo do Período	(158)	137.025
Ajustes exercicios anteriores	531	1.086
Prejuízos Acumulados	(145.892)	(146.264)
Capital Social	22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial	27.628	28.159
Total do Patrimonio Liquido	(95.925)	(95.767)

Capital Social

O Capital Social realizado é composto por 18.122 ações, que correspondem a R\$ 22.338 mil. A composição é a seguinte:

Acionista	Espécie/Classe	Qtd	Capital Subscrito	Votante
EKN - Embalag.Kraft NE Ltda.	Ações Ordinárias	17.378	21.420.235,00	95,89%
Outros minoritários	Ações Ordinárias	744	918.106,00	4,11%
TOTAL		18.122	22.338.341,00	100,00%



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>jun/24</u>	<u>jun/23</u>
Papel	9.300	16.561
Chapa de papelão	13.071	26.577
Caixas	44.948	17.696
Sacos	7.505	9.931
Outras Receitas	1.756	345
Total Mercado Interno	76.580	71.109
(-) Impostos sobre Vendas	(19.161)	(17.929)
(-) Devoluções e Abatimentos	(500)	(984)
Receita Líquida	56.919	52.196

24 DESPESAS COM VENDAS

	<u>jun/24</u>	<u>jun/23</u>
Fretes	(1.949)	(1.412)
Comissões	(706)	(565)
Total	(2.655)	(1.977)

25 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>jun/24</u>	<u>jun/23</u>
Honorários, salários, encargos e benefícios	(3.361)	(2.241)
Serviços, Aluguéis	(757)	(301)
Energia, Água e Comunicações	(13)	(1.693)
Materiais de Consumo	(192)	(596)
Impostos Taxas e Contribuições	(372)	(75)
Gastos Gerais	(111)	(131)
Total	(4.805)	(5.037)



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>jun/24</u>	<u>jun/23</u>
(+) Outras Receitas		
Incentivo FAIN	4.380	3.924
Outras Receitas	7.126	4.562
Total Outras Receitas	11.506	8.486
(-) Outras Despesas		
Prov. Perdas Recebimento de Credito	4.396	1.551
Prov. Impairment Imobilizado	(2.202)	-
Outras Despesas	(7.140)	-
Total Outras Despesas	(4.947)	1.551
Total	6.559	10.037

27 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>jun/24</u>	<u>jun/23</u>
(+) Receitas Financeiras		-
Juros s/ Aplicações Financeiras	-	-
Descontos Obtidos	12	-
Total Receitas Financeiras	12	-
(-) Despesas Financeiras		
Juros s/ Financiamentos	(790)	(53)
Juros s/ Duplicatas Descontadas	(1.893)	(1.222)
Juros Mora Passivos	(14)	(8)
Juros s/ de Tributo	(33)	-
Juros Tributos Parcelados	(3.841)	-
Despesas Bancárias	(308)	(98)
Outras Despesas Financeiras	(93)	-
Total Despesas Financeiras	(6.972)	(10.257)
Total Resultado Financeiro Líquido	(6.960)	(10.257)

(*) Em Setembro de 2023 o grupo empresarial do qual a Conpel pertence concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa Cocelpa Cia de Papel e Celulose do Paraná englobando os débitos tributários de várias empresas do grupo. Inclusive da Conpel, desta forma saldos provisionados foram baixados gerando benefício com o deságio.



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	<u>jun/24</u>	<u>jun/23</u>
Natureza		
Depreciação e Amortização	(1.154)	(1.178)
Despesas com Pessoal	(9.324)	(7.347)
Matérias-Primas e Materiais de uso e Consumo	(34.329)	(22.655)
Serviços de Terceiros	(11.298)	(16.359)
Outras Despesas Operacionais	1.356	(720)
Total	(54.749)	(48.259)
Função		
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(51.685)	(42.796)
Despesas com Vendas	(2.655)	(1.977)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.805)	(5.037)
Outras Despesas Operacionais	4.396	1.551
Total	(54.749)	(48.259)

29 LAJIDA (EBITDA)

Conforme instrução CVM 527/12, a Companhia aderiu à divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos findos em 30 de Junho de 2024 e 2023.

Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

Os resultados estão representados a seguir:

<u>LAJIDA (EBITDA)</u>	<u>jun/24</u>	<u>jun/23</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.360)	2.107
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(267)	59
(+) Despesas Financeiras	6.972	10.257
(-) Receitas Financeiras	(12)	-
RESULTADO ANTES DOS JUROS E DO IMPOSTO DE RENDA	4.333	12.424
(+) Depreciação e Amortização	1.154	1.178
(+) Impairment do ativo imobilizado	2.202	0
RESULTADO ANTES DOS JUROS, DO IMPOSTO DE RENDA, DA DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (EBITDA)	7.689	13.602



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 LEILÃO DE ATIVOS CONPEL

A empresa Conpel é integrante do grupo econômico da família De Pauli e nos últimos anos vinha apresentando uma melhora nos resultados, focando esforços na operação na região Nordeste do Brasil, especificamente no estado da Paraíba.

Embora os resultados estivessem alinhados ao planejamento proposto ainda não eram suficientes para garantir a manutenção e o cumprimento das obrigações assumidas pela companhia e pelo grupo, uma vez que por decisão judicial obtida pela PGFN foi determinado e consolidado Grupo Econômico juntamente com outras empresas da família.

Como mencionado em outras oportunidades ao mercado em geral, a Conpel está num processo de Recuperação Judicial de forma substancial com outras empresas do Grupo (Cocelpa e Arpeco), bem como fez parte do grupo que consolidou a transação tributária em setembro/2023, assumindo além da sua dívida, também assumiu a condição de corresponsável pelos débitos das demais empresas aderentes a transação.

A partir desse diapasão e, em consonância com as estratégias do Grupo e demais recuperandas, alguns ativos foram disponibilizados para venda, vez que o passivo assumido é muito relevante e suas operações não eram suficientes para suportar esse compromisso, além dos demais da sua operação.

Havendo melhora na sua operação, esses resultados atraíram o interesse de possíveis compradores, alguns regionais e de outros Estados do país, sendo que a decisão pela venda de ativos era um componente atraente para sanar parcialmente o impacto do pagamento dos tributos ora parcelados.

Após várias tratativas, a companhia recebeu uma proposta de compra, através da modalidade “*stalking horse*”, onde houve leilão com proposta inicial pelos ativos da empresa no valor de R\$ 52.185.000,00.

Essa proposta foi submetida às regras do plano de Recuperação Judicial das companhias, a qual após avaliação concluiu-se que a venda era relevante e importante para garantir os débitos transacionados, bem como permitir a reestruturação do grupo em recuperação.

Nessa decisão ficou definido que todo o recurso proveniente da venda dos ativos da Conpel seriam direcionados para a União, ou seja, a redução obtida através desta venda era potencialmente importante para cumprimento do acordo de transação, bem como atender os compromissos assumidos pelo grupo perante o fisco, preservando o principal negócio das recuperandas, reduzindo o endividamento tributário e mitigando o risco de reversão da transação em caso de inadimplemento, vez que conforme mencionado, o valor integral obtido com a venda será destinado especificamente ao pagamento da transação tributária federal, tornando possível desta forma, que a venda não comprometesse a continuidade das demais empresas do grupo empresarial e também fortalecesse o cumprimento da Recuperação Judicial.

Todo o processo de venda dos ativos conduzido na Recuperação Judicial foi na forma de leilão, garantindo oportunidade a outros possíveis interessados, através de um processo de grande relevância e transparência, conduzido no próprio processo de Recuperação Judicial através de publicações de editais e cumprimento das demais obrigações legais aplicáveis. Conforme divulgado em Fato Relevante junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários, em 25/04/2024, no dia 19/04/2024 foi publicado o Edital no DJE/PR, fixando a data do leilão dos ativos para o dia 09 de maio de 2024, às 10h, na modalidade de “*stalking horse*” em lote único (Ativos-Conpel) e prevendo as condições abaixo descritas:

- a) Oferta vinculante no valor de R\$ 52.185.000,00 (cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e cinco mil reais), a prazo, sendo:



30 de junho de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- R\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais) como entrada, na data da arrematação judicial;
- b) R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) no momento da efetiva transferência de posse dos ativos móveis e imóveis ao adquirente; e
- c) R\$ 30.935.000,00 (trinta milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais) em 32 parcelas mensais de R\$ 966.718,75 (novecentos e sessenta e seis mil, setecentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), a cada dia 10 do mês subsequente, sendo que a 1ª parcela será paga com no mínimo 30 dias após a anuência judicial.

Ou nenhuma outra oferta nos montantes da proposta recebida pela empresa, sendo divulgada como vencedora a proposta vinculante da arrematante, MAF Holding e Participações Ltda, inscrita no CNPJ, 45.058.073/0001-72, que foi emitida na posse precária dos bens leiloados, cuja a transferência final e definitiva será homologada judicialmente ao término dos pagamentos pela arrematante.

Faz-se mister ressaltar que a efetiva transição das operações deve se iniciar no próximo trimestre e que a companhia, já está avançado o estudo para fechamento de capital e fará todas as informações e divulgações necessárias.

Conde (PB), 08 de agosto de 2024.

Cristiano Ciriaco Delgado
Diretor Presidente

Luiz Cancelier
Diretor Adm. e Relação com Investidores

Aécio Rodrigo Antunes
Contador
CRC PR 0557341/O-3

* * * *